

**Que voz é essa que fala por mim? A luta do Instituto Geledés por dignidade,
reconhecimento e representação da mulher negra no Brasil**

Brenda Karolainy Penha Siqueira¹

Jamilly Nicácio Nicolete²

Resumo

Não se pode negar a existência do racismo, do machismo e da misógina enraizados na cultura nacional, pois é certo que toda sociedade tem sua mentalidade moldada pelas influências e fatos históricos aos quais foi submetida durante todo seu processo de formação e desenvolvimento. Não se pode negar também que, devido a esses fatores de opressão social, mulheres negras e, principalmente, pobres se encontram à margem da sociedade. Este artigo foi elaborado por meio de levantamento bibliográfico e propõe uma breve análise de acontecimentos históricos com o intuito de demonstrar o modo como mulheres negras foram tratadas e representadas durante a história do Brasil e os reflexos dessas ocorrências nos dias de hoje. A pesquisa tem como pauta principal as problematizações, reivindicações e participações políticas e sociais do portal Geledés, Instituto da Mulher Negra, além de apresentar dados e estatísticas de escala nacional que comprovam a disparidade social e econômica das mulheres negras em comparação à média do país. Por fim, fica evidente que a limitada representação política e social, além das ínfimas políticas públicas voltadas especificamente para mulheres negras são os principais agentes causadores da situação social que deixa essas mulheres em circunstâncias de marginalização e vulnerabilidade a quaisquer tipos de violência por parte da população e do próprio Estado.

Palavras-chave: Geledés; Mulheres Negras; Representação.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Toledo de Ensino – Araçatuba/SP; e-mail: brenda.k.ps@gmail.com.

² Docente dos cursos de licenciatura do Centro Universitário Toledo de Ensino – Araçatuba/SP; Doutora em Educação; e-mail: jamillynicacio@hotmail.com.

Introdução

A teoria da democracia racial desenvolvida por Gilberto Freyre na década de 1930 foi amplamente difundida ao longo dos anos e, atualmente, faz parte da mentalidade do brasileiro. Os casos de racismo que repercutem na mídia são vistos como situações isoladas, o que resulta na frequente negação da existência de um racismo institucional e, portanto, dificultando a aceitação de elaboração e aplicação de medidas sociais ou políticas de ação afirmativa para combater essa realidade.

Quando se fala a respeito de questões de gênero, a temática é ainda mais negligenciada e contestada como digna de debate. Fora do contexto acadêmico acredita-se que a discrepância de oportunidades sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres seja condição dos séculos anteriores e sem reflexo algum nas relações sociais contemporâneas. Segundo Adichie (2015), colocar questões de gênero em pauta é, geralmente, desconfortável e pode até causar incômodo. Isso porque as possibilidades de questionar e redefinir o *status quo* são sempre hostis.

Se os dois temas individualmente já são postos de lado, a discussão deles concomitantemente é ainda mais precária. Assuntos étnico-raciais raramente são debatidos como elementos integrados à história, mas como um segmento de análise específica. Davis (1975 apud Scott 1989) já salientava a importância de se estudar a história das mulheres e dos homens como um todo. Não partindo de uma perspectiva exclusiva de oprimido/opressor, mas compreendendo a importância do gênero para a história.

Fraser (2001, p. 3) estabelece a relação entre as opressões. Segundo a autora, “Gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes. Embora cada qual tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas”. É em cima dessa bivalência que esta pesquisa se debruça com o intuito de encontrar os fatores responsáveis pela marginalização da mulher negra, área de interesse que também deu o pontapé inicial para a fundação do Geledés, o Instituto da Mulher Negra.

A proposta de analisar as relações étnico-raciais contemporâneas exige a apresentação de um epílogo sobre o tema para que seja possível compreender os fatores que moldaram a sociedade, tornando-a o que é hoje.

Analisando a conjuntura dos fatos...

Partindo de uma perspectiva historiográfica, deve-se evocar, antes de tudo, a contribuição de Karl Von Martius no concurso promovido pelo Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro (IHGB) na década de 1840. Foi ele o responsável pela valorização da chamada “fusão das raças”, teoria que consiste em definir o brasileiro como produto da mistura entre portugueses, indígenas e africanos, embora não especifique o modo como essa miscigenação ocorreu.

Na obra “O povo Brasileiro: Formação e Sentido do Brasil”, Ribeiro (1995) faz uma crítica sociológica a respeito do fundamentado surgimento do nativo brasileiro:

Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de poucos brancos com multidões de mulheres negras e índias. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais. Tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela acaba por encerrar-se (Ribeiro, 1995, p. 225).

É de conhecimento mútuo que o brasileiro foi constituído por meio do hibridismo cultural e “racial”, contudo, não necessariamente consensual. A ideia de um caldeamento natural e anuente é uma utopia que traz consolo a quem a admite. Pressupor que esse “cruzamento de poucos brancos com multidões de negras e índias” aconteceu sem uso de força, violência, coação e convicções racistas é ingenuidade.

Priore (1988) faz uma análise da obra *Casa-Grande & Senzala* que explica a relação entre os senhores e as escravas, além de elucidar a participação da mulher negra escravizada para o desenvolvimento do nativo brasileiro (segundo a concepção de miscigenação de Martius) durante o período colonial.

Desnudando os corpos quentes e sensuais das escravas negras em constante intercurso sexual com seus senhores, Freyre descobre os corpos marmóreos, porque brancos e frios, das sinhás sem prazer. Sob o signo da dupla moral, corpos femininos de cores e situações sociais diversas fariam, segundo ele, o prazer ou a prole dos homens do Brasil colônia (PRIORE, 1988, p. 15).

Pode-se perceber pelo trecho supracitado que as relações de exploração sexual entre senhores e escravas negras eram habituais, além de designar a elas uma imagem de objetos de consumo. A expressão “corpos quentes e sensuais” é implicitamente carregada de um teor racista e sexista que perdura até os dias de hoje, tendo em vista que denota à mulher negra um símbolo de satisfação sexual, apesar de ser socialmente compreendido como elogio tanto quando destinado às brancas, quanto se destinado a mulheres brancas, já que ambas são sexualizadas em proporções diferentes, o que estimula uma competitividade entre essas mulheres.

A título de exemplo, Pinsky (1993) traz em sua obra duas expressões populares recolhidas por José Alípio Goulart que demonstram o caráter de objeto sexual dado às escravas bonitas: “Preta bonita é veneno, mata tudo o que é vivente; Embriaga a criatura, tira a vergonha da gente” e “Mulata é doce de coco, não se come sem canela; Camarada de bom gosto não pode passar sem ela”, além dos vocábulos que se tornaram adjetivos nos dias de

hoje, como “da cor do pecado” e “mulher de carnaval” que, se analisados a fundo em seu contexto histórico, constata-se a mais sutil forma de relegar a essas mulheres um papel social de deleite erótico. Mulheres para prazer de uma noite.

Saindo da perspectiva do Brasil colônia e escravista, o historiador Joaquim Nabuco (1900) em seu livro “Minha formação”, já compreendia que, devido ao fato da inexistência de medidas sociais, econômicas e políticas que beneficiassem os recém-libertados, a escravidão marcaria a História do Brasil por um longo período. Esse pensamento pode ser confirmado com as estatísticas que apresentam a disparidade entre brancos, negros e mulheres.

Um ponto que pode ser facilmente observado é a exposição, sexualização e comercialização dos corpos negros. As propagandas de cervejas como aquela “Vai, Verão” da Itaipava, a escolha da sambista para representar a “Globeleza” ou os comentários populares a respeito dos corpos dessas mulheres: “mulheres negras têm cintura fina, quadril largo, bunda grande...”.

O fim da escravidão e a falta de políticas públicas voltadas para ex-escravos os obrigou a manter vínculos empregatícios com aqueles que um dia foram seus senhores. As condições de trabalho não eram (e ainda não são) muito diferentes. Carga horária extensa, salários que garantem a sobrevivência, mas não a vida, falta de oportunidade e acesso à educação, saúde, segurança ou saneamento básico de qualidade.

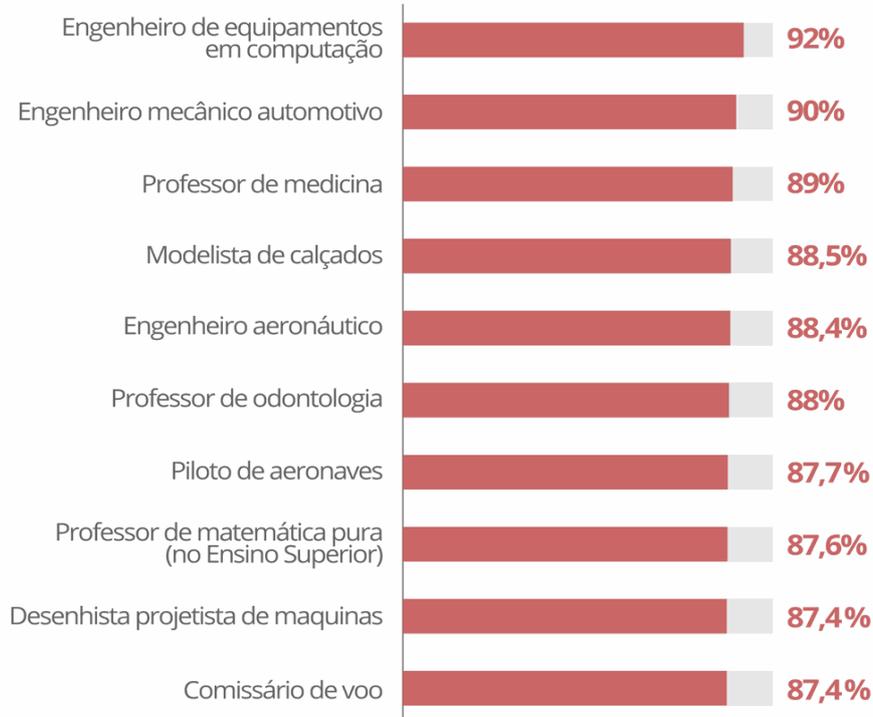
Um levantamento feito pelo portal de notícias G1³ através de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego de 2016 mostra que negros ocupam a maioria dos trabalhos braçais ou que exigem pouca escolaridade, como cortadores de cana, operadores de telemarketing, vigilantes ou empregadas domésticas, setor ocupado majoritariamente por mulheres negras, que tende a estender a discussão para compreensão de serviço análogo à escravidão, tendo em vista que só foi regulamentado e contemplado pelos direitos oferecidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) em 2015, antes disso, todas as trabalhadoras da classe viviam à mercê de negociações informais quanto às condições de serviço, horário e salário, como mostra o gráfico abaixo, a discrepância, fruto do abismo social que distancia brancos de negros, desde o acesso à educação até às oportunidades de ascensão profissional, reflexos da escravidão que teve fim há 130 anos com a assinatura da Lei Áurea no Brasil.

³ GOMES, Helton Simões. *Branco são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar>; Acesso em: 16 de Maio de 2018.

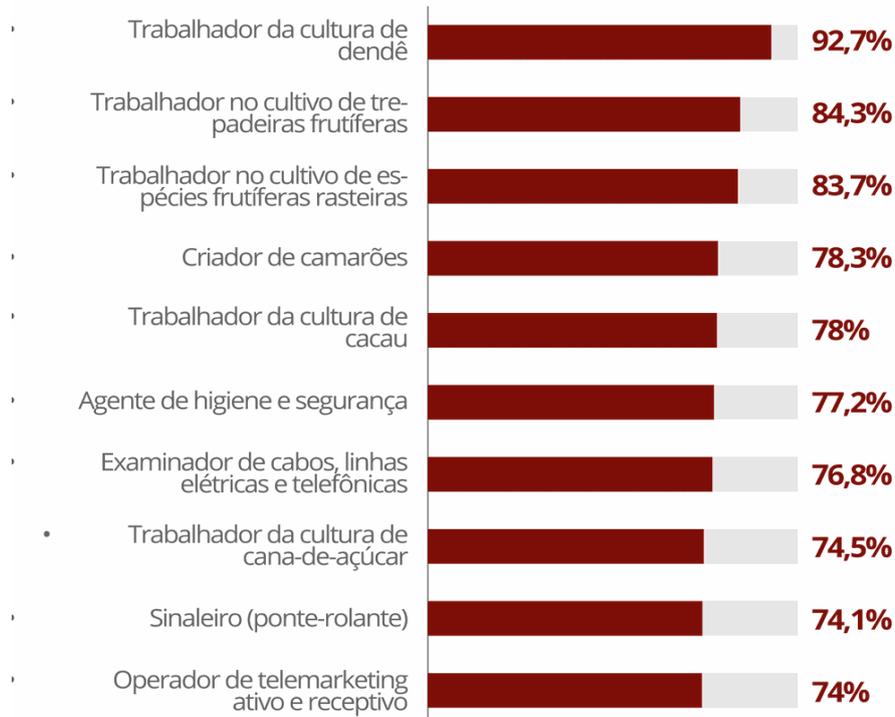
O mercado de trabalho para brancos e negros

Empregos que possuem maior quantidade de brancos e negros

BRANCOS



NEGROS



Fonte: RAIS 2016 / Ministério do Trabalho e Emprego



Infográfico elaborado em: 11/05/2018

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 26,3% das mulheres negras brasileiras possuíam níveis de renda entre médios e altos no ano de 2011. As mulheres que representavam 73,6% dessa pesquisa residiam em regiões com menos água encanada, esgotamento sanitário, coleta regular de lixo, acesso à alimentação, à escola e, principalmente, aos serviços de saúde. A impossibilidade de acesso a esses serviços essenciais para a dignidade da vida humana resulta em diversas formas de violência contra a mulher negra.

Em entrevista ao G1 em Outubro de 2007, o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, posicionou-se a favor do aborto por motivos diferentes do que movimentos sociais defendem. A frase apresenta teor racista e eugenista, além de deixar implícita uma ideologia de interrupção de gravidezes para evitar o nascimento de “potenciais marginais”. Para ele, a questão do aborto “tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”⁴.

Outra declaração polêmica vinda de parlamentar se tornou pública em 1982, após uma denúncia feita na Assembleia Legislativa sobre a esterilização como política de controle de natalidade de negros. Paulo Maluf elaborou para o Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado (GAP) um documento a respeito do senso demográfico de 1980. De acordo com Carneiro (2011), o documento propõe a esterilização massiva de mulheres pretas e pardas segundo o seguinte argumento:

De 1970 a 1980, a população branca reduziu-se de 61% para 55% e a população parda aumentou de 29% para 38%. Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de se controlar a natalidade (...), a população negra e parda eleva seus índices de expansão, em 10 anos, de 28% para 38%. Assim, teremos 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e 1 milhão de negros. A se manter essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, por conseguinte muito superior à branca; e, eleitoralmente, poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chaves – a não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, onde, devido ao fato de a população negra ser da ordem de 63%, não há eleições (Carneiro, 2011, p. 132).

As reduzidas oportunidades de acesso aos serviços públicos de saúde e educação são responsáveis pelos altos índices de gravidez na adolescência, mortes durante o parto e até “aumento de reprodução” como citado por Maluf, além de criar uma estigma preconceituosa sobre as mulheres negra, principalmente as periféricas, entretanto, ainda não foram

⁴ FREIRE, Aluizio. *Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>> Acesso em: 23 de Maio de 2018

estabelecidos programas sociais ou planos que alcancem e tenham resultados efetivos para essas mulheres que estão à margem da sociedade.

O instituto Geledés atua em diferentes esferas. Em relação à saúde, interfere na elaboração e implementação de políticas públicas e dos direitos sexuais e reprodutivos que atendam às necessidades e interesses das mulheres negras em particular e da população negra em geral. Também desenvolve projetos de prevenção e promoção da saúde e atua pela implementação do Plano Nacional de Saúde da População Negra, como forma de reduzir os padrões superiores de morbidade e mortalidade encontrados na população negra quando comparada à população branca.

No que diz respeito às questões raciais, o Geledés se une aos movimentos negros pela criminalização efetiva do racismo e discriminação racial, além de defender a implantação de políticas públicas de ações afirmativas com o intuito de reduzir as desigualdades e promover a valorização da sociedade e cultura negra.

No tocante de gênero se une às agendas feministas e se posiciona contra as situações de violências doméstica e sexual contra a mulher, a favor da igualdade de gênero no mercado de trabalho, defende os direitos reprodutivos e sexuais femininos, a descriminalização do aborto e o fim dos estereótipos e estigmas sobre as mulheres reproduzido pelos meios de comunicação e, no tema da violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0, para socorrer mulheres em situação de violência.

Para proteger, assegurar e expandir os direitos educativos de negras e negros a ONG criou o Programa de Educação Geledés. Tendo a educação como um direito humano, cabe ao Estado garantir e efetivar seu acesso para todos. Luta pela melhoria da qualidade de ensino e maiores investimentos na área, além de desenvolver o projeto para a implementação da Lei 10639/03 que alterou a LDB no que diz respeito à formação de profissionais de educação e de publicação de materiais didáticos voltados para o combate ao racismo e sexismo.

Quanto à comunicação, compreendida como questão vital para os movimentos sociais e, especialmente, mulheres negras, o instituto trabalha para trazer visibilidade e empoderamento, investe na capacitação de mulheres negras em comunicação, mídia e na atuação em rede através das Comunicadoras Negras, uma estratégia para a formação em educomunicação e empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais.

O termo “geledé” designa uma espécie de festival de uma “sociedade secreta” formada exclusivamente por mulheres e tem como intuito expressar o poder feminino sobre a fertilidade da terra, procriação, forças poderosas da fé e o bem-estar das comunidades Yorubas do sudoeste da Nigéria e do Benin.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

O nome da organização foi escolhido devido ao foco e atuação principal da mesma: “dar visibilidade às mulheres negras como um grupo social que merece prioridade no âmbito do compromisso com a democracia e a equidade”, como aponta Maria Sylvia Oliveira, atual presidente da instituição.

Fundado em Abril de 1988, o instituto, que comemora em 2018 seu 30º aniversário, desenvolve projetos em diferentes áreas sociais, como educação, saúde, políticas públicas comunicação, mercado de trabalho e direito, além de se manter como um veículo de mídia jornalística e portal de notícias voltado aos assuntos da população negra.

Contando com o apoio de 206 civis voluntários, colaboradores e articulista desde o início de sua trajetória, a ONG recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 1996 e Francês em 1998, o “Selo Nota 10” oferecido pela Rede de Telemática Direitos Humanos & Cultura - Dhnet a sites sobre direitos humanos e cultura, recebeu o título de melhor página do mês pela Cidadania Sim, dois diploma de reconhecimento do Governo do Estado de São Paulo em 1997, prêmio “Luta, gênero feminino” da PUC/SP, foi finalista do prêmio ECO – Reconhecimento a Cidadania Empresarial por relevância comunitária e prêmio TOP SOCIAL 99 da ADBV com o projeto “Geração XXI”, além do XVI prêmio Franz de Castro Holzwarth oferecido pela OAB em 1999.

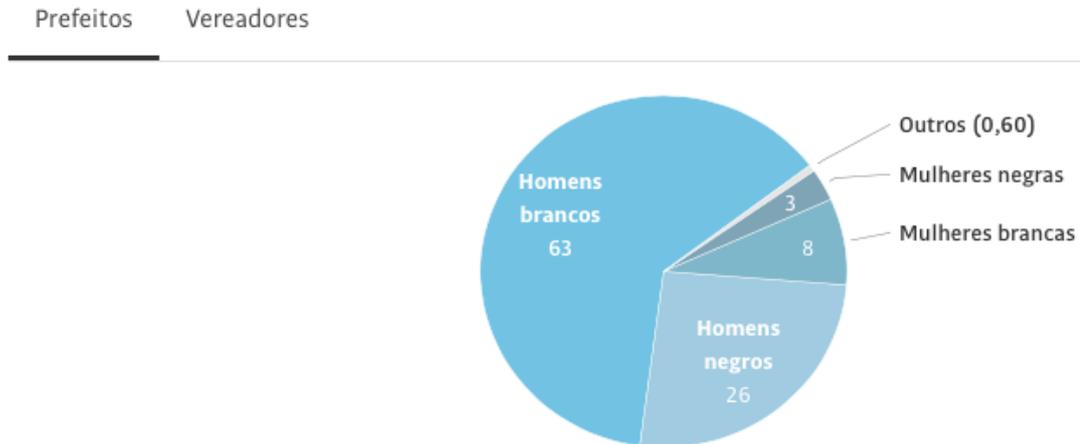
Participa de diversas iniciativas da sociedade civil de Monitoramento e Incidência em Políticas Públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, além de atuar em várias instâncias de controle social que visam à promoção da igualdade de gênero e raça. Na esfera internacional, atua nas iniciativas da ONU e acompanha os trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; participa dos esforços de diversas organizações da sociedade civil das Américas pela aprovação da Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Constituído como mecanismo para viabilizar a dimensão da problemática racial no Brasil que, quando violada, resulta na exclusão social e atentado à dignidade humana que afetam de maneira desproporcional a população negra, o Programa de Direitos Humanos apresentado pelo instituto utiliza recursos jurídicos no atendimento às vítimas de racismo, capacita lideranças comunitárias, sistematiza e incentiva a participação de mulheres negras no meio político e enfatiza a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais e, principalmente, políticos.

No que diz respeito à representação política, mulheres negras ocupam um percentual ínfimo de cargos, dificultando ainda mais o atendimento às suas próprias demandas.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Nas eleições municipais de 2016, em %



Fontes: IBGE, Instituto Ethos e TSE

Há pouco mais de dois meses, a execução da quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL/RJ), desencadeou sucessivos debates sobre o descaso para com a vida da mulher negra. Em homenagem a ela, cinco de seus projetos foram levados à Câmara Municipal para votação. Quatro propostas foram aprovadas em primeiro turno (criar creches públicas noturnas para mães que trabalham à noite; instituir o Dia da Mulher Negra a ser comemorado em 25 de julho; desenvolver campanha permanente contra o assédio e a violência sexual em ônibus e trens e produzir o Dossiê Mulher) e uma teve apreciação adiada (projeto que inclui dia de luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia).

O líder do PSOL, vereador Tarcísio Motta, assume em entrevista ao portal⁵ que os projetos foram aprovados como prestação de homenagem e reconhecimento à parlamentar que levantada bandeira em defesa de LGBTI+, pobres e, principalmente, mulheres negras. Para ele, a votação foi histórica por defender os direitos e propor políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras e moradores de favelas.

Diante da proporção do caso, foram criadas “campanhas políticas” em redes sociais, principalmente no Twitter, com o intuito de propagar a imagem e o ativismo de mulheres negras pouco conhecidas no Brasil. A principal motivação para tal ato foi o fato de que o

⁵ Câmara aprova projetos de Marielle e dá seu nome à tribuna. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/camara-do-rio-aprova-projetos-de-marielle-e-da-seu-nome-tribuna/>> Acesso em: 25 de Maio de 2018.

mandato da parlamentar só se tornou de conhecimento público depois de sua morte e isso não pode se repetir. As palavras de mulheres negras de qualquer que seja a esfera precisam ser ouvidas enquanto são ditas e não ecoadas postumamente como aconteceu com as brasileiras Marielle Franco e Dona Ivone Lara nos últimos meses.

Ser mulher negra em uma sociedade repleta racismo, machismo e misoginia escancarados e/ou velados é existir por meio da resistência. Histórias nunca contadas e demandas negligenciadas fazem parte do cotidiano.

O Instituto Geledés traz o posicionamento de diferentes contribuintes sobre o assunto, contudo, existe um consenso sobre o tema. O artigo publicado por Conceição (2018) aborda de maneira direta o modo como a falta de representatividade, tempo e espaço para reflexão acerca da realidade da mulher negra afeta o coletivo.

Só teremos uma saída viável quando nos organizarmos de maneira coletiva, política e sistemática: temos que pensar e refletir sobre o lugar histórico e cultural que nos colocaram enquanto mulheres negras, e qual o impacto desse lugar para nossa organização econômica e, portanto, nossas possibilidades de existência e também de resistência. Temos que ter espaço, tempo e condições de refletirmos sobre nossa existência e realidade, a partir de nossas vivências e experiências ao longo de nossas vidas, dentro e fora dos círculos de poder como a política e a universidade (CONCEIÇÃO, 2018).

A reivindicação primordial de Conceição pauta sobre a necessidade de se levantar um debate sobre a realidade com mulheres “comuns”. Trabalhadoras, mães, jovens, idosas... Mulheres que estão fora de ambientes politizados, como as universidades, e que são substancialmente afetadas pelos efeitos do racismo e machismo cotidianos. Mulheres que vivem e não falam sobre por falta tempo, espaço e pela inexistência de quem as ouça.

Considerações Finais

Existe um abismo entre as contestações feitas sobre as mulheres negras no âmbito político e acadêmico e o que elas vivenciam. Esses debates elitistas não chegam às mulheres que precisam dele, por consequência, são levadas a se conformar com a realidade sem sequer saber da possibilidade de uma existência diferente.

Por fim, nota-se que o ativismo político de uma organização não governamental reflete em diferentes setores sociais. O coletivismo é essencial para o alcance da qualidade de vida da mulher negra e enquanto não se cria mecanismos eficazes para mudar a realidade dessas mulheres os civis devem se unir para atender às demandas negligenciadas pelo Estado.

O posicionamento de Cabral e Maluf a respeito da gestação das mulheres negras mostra o descaso do funcionalismo público para com quem está à margem da sociedade. Em

suma, pode-se dizer que, se nem parlamentares, que deveriam propor estratégias para a devida equidade de acesso a serviços públicos, elaboram políticas que efetivamente transformem a realidade, quem não tem possibilidade de ser ouvido como civil é cada vez mais preterido.

A falta de oportunidade para as mulheres negras debaterem a própria realidade também é prejudicial ao seu desenvolvimento das mesmas. As mulheres que as representam nos programas televisivos, como filmes e novelas, perpetuam estereótipos e muitas vezes as levam a acreditar que apesar do machismo e racismo, não existe preconceitos institucionais que limite suas expectativas.

O portal Geledés abre espaço para intermediar essa discussão entre mulheres comuns e órgãos governamentais nacionais e internacionais. O fato de impulsionar a acessibilidade a pesquisas e dar voz a quem não é ouvido pelo Estado já aumenta a representatividade de quem precisa disso para melhores condições de vida. Trazer esses debates para quem não tem acesso ao meio político e acadêmico é a melhor forma de reconhecer às demandas de mulheres negras e assim tentar atendê-las.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONCEIÇÃO, Jaque. *Empoderamento: serve para quem?* Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/empoderamento-serve-para-quem/>> Acesso em: 22 de Maio de 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 2º tomo. Ed. 10. Brasília: Ed. Da UNB, 1961.

FRASER, Nancy. *From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age*. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.) *The new social theory reader*. Londres: Routledge, p. 285-293, 2001.

Geledés e os Prêmios, Diplomas e Menções. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-e-os-premios-diplomas-e-mencoes/>> Acesso em: 16 de Maio de 2018.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

GONÇALVES, Juliana. *Instituto da Mulher Negra atua pela valorização das mulheres e cultura afrobrasileiras, e luta por seus direitos*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-30-anos-de-amor-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 06 de Maio de 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Ed. 4. Rev. Brasília: ED. Da UNB, 1963. *Missão Institucional*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em: 16 de Maio de 2018.

PINHO, Angela. Mulher negra avança no social, mas segue distante no trabalho e na política. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/mulher-negra-avanca-no-social-mas-segue-distante-no-trabalho-e-na-politica/>> Acesso em: 25 de Maio de 2018.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. Ed. 12. São Paulo: Contexto, 1993.

PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.

PRIORE, Mary Del. *A mulher na História do Brasil: Raízes Históricas do Machismo Brasileiro*. Ed. 4. São Paulo: Contexto, 1994.

Quem somos? Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes/quem-somos/>>. Acesso em: 16 de Maio de 2018.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. Ed. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.